

# DEMONSTRATIVO DE COMPATIBILIDADE DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OS OBJETIVOS E METAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS.

## FUNDAMENTAÇÃO:

O Demonstrativo de compatibilidade da programação Orçamentária com os Objetivos e Metas do Anexo de Metas Fiscais, para o exercício financeiro de 2022, foi elaborado em conformidade com o disposto no:

- - inciso I do art. 5.º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece que o projeto de lei orçamentária anual (LOA) será acompanhado de demonstrativo de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º - anexo de metas fiscais.

## APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO

O Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, elaborou o Anexo de metas fiscais, que acompanhou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – Lei n.º. 12.022 de 09 de julho de 2021, conforme planilhas abaixo:

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)											R\$ 1.000
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	11.376.560	12.341.989	8,49	12.386.452	0,36	12.916.622	4,28	13.336.412	3,25	13.769.846	3,25
Receitas Primárias (I)	10.551.804	11.656.727	10,47	11.445.237	-1,81	11.438.151	-0,06	11.809.891	3,25	12.193.712	3,25
Despesa Total	10.728.903	10.729.021	0,00	12.386.452	15,45	12.916.622	4,28	13.336.412	3,25	13.769.846	3,25
Despesas Primárias (II)	9.807.010	10.203.955	4,05	9.713.205	-4,81	11.166.151	14,96	11.529.051	3,25	11.903.745	3,25
Resultado Primário (III) = (I-II)	744.794	1.452.772	95,06	134.000	-90,78	272.000	102,99	280.840	3,25	289.967	3,25
Resultado Nominal	726.943	1.458.962	100,70	75.000	-94,86	181.000	141,33	168.504	-6,90	173.980	3,25
Dívida Pública Consolidada	4.472.372	4.665.096	4,31	4.876.204	4,53	5.148.851	5,59	5.316.189	3,25	5.488.966	3,25
Dívida Consolidada Líquida	2.382.453	1.233.664	-48,22	3.388.809	174,69	3.484.569	2,83	3.597.818	3,25	3.541.971	-1,55
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	10.482.824	10.792.308	2,95	11.288.754	4,60	11.683.861	3,50	12.063.586	3,25	12.455.653	3,25
Receitas Primárias (I)	10.113.644	10.397.115	2,80	10.875.382	4,60	11.256.021	3,50	11.621.841	3,25	11.999.551	3,25
Despesa Total	10.482.824	10.792.308	2,95	10.724.316	-0,63	11.099.667	3,50	11.460.406	3,25	11.832.869	3,25
Despesas Primárias (II)	9.908.779	10.229.808	3,24	10.700.379	4,60	11.074.892	3,50	11.434.826	3,25	11.806.458	3,25
Resultado Primário (III) = (I-II)	204.865	167.307	-18,33	141.798	-15,25	181.128	27,74	187.015	3,25	193.093	3,25
Resultado Nominal	224.349	103.846	-53,71	85.079	-18,07	108.677	27,74	112.209	3,25	115.856	3,25
Dívida Pública Consolidada	4.440.265	4.373.748	-1,50	4.191.026	-4,18	4.337.712	3,50	4.478.688	3,25	4.624.245	3,25
Dívida Consolidada Líquida	3.142.864	2.828.813	-9,99	2.642.396	-6,59	2.734.880	3,50	2.823.763	3,25	2.915.536	3,25

Fonte: SIAF/CGE-GEPAFE / SEPLAG - 05/04/2021

O Projeto de Lei Orçamentária Anual, estima a Receita do Estado da Paraíba para o exercício financeiro de 2022, no montante de R\$ 14.369.243.512,00 (catorze bilhões, trezentos e sessenta e nove milhões, duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e doze reais), e fixa a Despesa em igual valor, nos termos dos arts. 166 e 167 da Constituição Estadual e dos dispositivos da Lei nº 12.022, de 09 de julho de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;

III – o Orçamento de Investimentos das Empresas, em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto e não dependam do Tesouro para o seu funcionamento.

Com base nos meios, advindos da estimativa de arrecadação de receita, quer de recursos próprios (Impostos e Taxas) quer de recursos atribuídos (Cotas Federais e Estaduais), ou ainda, proveniente de Operações de Créditos (Financiamentos), fixamos as despesas relativas a Custeio, Transferências Correntes e Investimentos em Geral.

No tocante a Receitas Correntes, foram previstos ainda Transferências Correntes, na Esfera Estadual e Federal, para atender a área da Saúde, Educação e Assistência Social.

A Receita de Capital, prevista é proveniente da Alienação de Bens Imóveis, Convênios Federais e Estaduais e Operações de Créditos Internas.

Também foram previstos ações destinadas à construções, reformas, melhoramentos e ampliação de Prédios e Obras Públicas, incluindo-se nesta Rubrica diversos investimentos destinados a atender as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal.

A presente Lei Orçamentária foi elaborada com base no Organograma e Estrutura Administrativa aprovados por lei.

## TABELAS DE EVOLUÇÃO DE RECEITA E DESPESA

### Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

#### Evolução da Receita Estadual Segundo as Categorias Econômicas

##### Recursos de Todas as Fontes

Especificação	Execução 2 0 1 8	Execução 2 0 1 9	Execução 2 0 2 0	Lei 2 0 2 1	PLOA 2 0 2 2
<b>Receitas Correntes</b>	<b>9.916.056.206</b>	<b>10.113.231.059</b>	<b>11.667.401.681</b>	<b>11.093.470.694</b>	<b>12.889.182.208</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.625.166.390	4.450.045.420	4.811.597.458	4.771.698.064	5.762.708.547
Contribuições	285.934.066	270.990.000	356.893.891	359.365.000	439.040.000
Receita Patrimonial	131.788.048	126.056.389	72.656.342	46.619.418	57.580.420
Receita Industrial	3.667.604	22.755.000	1.865.614	12.250.000	383.940
Receita de Serviços	79.444.866	87.360.080	65.504.221	98.730.716	52.196.043
Transferências Correntes	5.666.444.933	4.994.285.340	6.182.035.091	5.629.871.198	6.408.341.976
Outras Receitas Correntes	392.911.853	161.738.830	176.849.064	174.936.298	168.931.282
Deduções das Receitas Correntes	(3.269.301.554)	-	-	-	-
<b>Receitas Correntes Intraorçamentárias</b>	<b>473.827.841</b>	<b>460.230.000</b>	<b>515.783.313</b>	<b>549.775.000</b>	<b>580.374.000</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	415.648	1.200.000	160.912	1.000.000	-
Contribuições	465.163.235	450.530.000	509.299.426	542.650.000	559.360.000
Receita Industrial	2.781.074	3.600.000	960.060	0	3.800.000
Receita de Serviços	3.110.465	4.860.000	5.209.659	6.100.000	17.203.000
Outras Receitas Correntes	2.357.419	40.000	153.256	25.000	11.000
<b>Receitas de Capital</b>	<b>312.518.645</b>	<b>442.032.901</b>	<b>158.804.039</b>	<b>743.206.608</b>	<b>374.528.438</b>
Operações de Crédito	55.993.312	154.357.988	57.822.151	352.568.000	294.391.000
Alienação de Bens	2.473.620	13.470.000	1.884.154	7.450.000	3.170.000
Amortização de Empréstimos	4.614.271	5.203.000	6.106.305	6.003.000	7.003.000
Transferências de Capital	249.752.004	252.100.913	52.970.829	369.181.608	69.964.438
Outras Receitas de Capital	-	16.901.000	40.020.600	8.004.000	-
Deduções das Receitas de Capital	(314.562)	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>10.702.402.692</b>	<b>11.015.493.960</b>	<b>12.341.989.033</b>	<b>12.386.452.302</b>	<b>13.844.084.646</b>

Fontes:

Balço Geral do Estado – 2018/2020

Lei Orçamentária Anual Nº 11.831 - LOA 2021

Os demonstrativos que comparam as receitas (tabela acima) das esferas Fiscal e da Seguridade Social, dos últimos quatro anos, fazem também comparação com a PLOA/2022.

Os mesmos foram elaborados conforme os Balanços do Estado publicados e a LOA aprovada para 2021.

**Orçamento Fiscal e da Seguridade Social**  
**Evolução da Despesa Estadual Segundo as Categorias Econômicas**  
**Recursos de Todas as Fontes**

<b>Especificação</b>	<b>Execução 2 0 1 8</b>	<b>Execução 2 0 1 9</b>	<b>Execução 2 0 2 0</b>	<b>LOA 2 0 2 1</b>	<b>PLOA 2 0 2 2</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>9.596.084.868</b>	<b>9.943.036.774</b>	<b>10.366.902.814</b>	<b>10.357.160.682</b>	<b>11.804.528.437</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.085.942.852	7.014.125.935	7.896.975.956	7.201.664.652	8.315.634.596
Juros e Encargos da Dívida	137.564.845	142.351.482	59.947.886	93.282.304	123.343.400
Outras Despesas Correntes	3.372.577.171	2.786.559.357	2.409.978.972	3.062.213.726	3.365.550.441
<b>Despesas de Capital</b>	<b>911.436.436</b>	<b>785.866.180</b>	<b>546.501.065</b>	<b>1.888.975.277</b>	<b>1.834.822.883</b>
Investimentos	651.497.189	535.225.440	394.535.003	1.330.139.699	1.309.795.634
Inversões Financeiras	46.132.416	71.209.528	52.617.524	126.149.128	96.147.649
Amortização da Dívida	213.806.831	179.431.212	99.348.538	432.686.450	428.879.600
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>140.316.343</b>	<b>204.733.326</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.507.521.304</b>	<b>10.728.902.954</b>	<b>10.913.403.879</b>	<b>12.386.452.302</b>	<b>13.844.084.646</b>

Fontes:

Balanço Geral do Estado – 2018/2020

Lei Orçamentária Anual Nº 11.831 - LOA 2021

Projeto de Lei Orçamentária para 2022

Para o Setor de Educação, foi obedecido o que estabelece a Constituição Federal, bem como as Emendas Constitucionais nº. 11 e 14/96 e 53/2006, Portaria nº 48, de 31/01/07 e ainda a Lei 11.494 de 20/06/2007 - que estabelecem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e para o Setor de Saúde, foi obedecida a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de Setembro de 2000.

Como na saúde, que foram realizadas, entre outras ações, a ampliação de leitos, abertura de novos hospitais, aquisição de testes rápidos e contratação de profissionais de saúde. No campo social, o incentivo à agricultura familiar, a distribuição de cestas básicas e de kits de higiene, além do aumento do cartão alimentação e apoio aos municípios da Paraíba para investimento em assistência social foram medidas executadas. No aspecto econômico, a criação de uma linha de crédito especial no Programa Empreender e auxílio aos microempreendedores pelo Banco do Nordeste do Brasil, bem como incentivos fiscais que visam beneficiar diversos segmentos atingidos com o avanço do coronavírus no Estado, foram algumas das ações implementadas.

Por tudo isso, é relevante destacar que o Executivo, dentro de um enorme esforço de gestão considerou para cada unidade orçamentária dentro dos limites financeiros disponíveis, em conformidade com a projeção de receita, um incremento médio de 3,78 % com base no IPCA, ampliando os limites financeiros para todas as unidades e assim, permitir uma equidade orçamentária a realidade do Estado.